**EDUCAÇÃO, SERVIÇO SOCIAL E SENSO COMUM: diálogos à luz de Gramsci**

**RESUMO**

O artigo discute a relação entre educação, serviço social e senso comum a partir de Gramsci, destacando como o senso comum presente no cotidiano, na linguagem e na religião, molda visões de mundo acríticas. Gramsci questiona se é preferível aceitar passivamente concepções impostas ou elaborar uma consciência crítica para transformar a realidade. No Brasil, o avanço do conservadorismo na educação reforça o conformismo, enquanto o serviço social busca contribuir com uma educação emancipadora. A filosofia gramsciana emerge como instrumento político na construção de uma nova hegemonia cultural a partir da escola, visando uma sociedade mais justa.

**Palavras-chave**: Educação. Serviço Social. Senso comum.

**ABSTRACT**

The article discusses the relationship between education, social work, and common sense from Gramsci's perspective, highlighting how common sense present in daily life, in language, and in religion shapes uncritical worldviews. Gramsci questions whether it is preferable to passively accept imposed conceptions or to develop a critical consciousness to transform reality. In Brazil, school militarization and the School Without Party project reinforce conformism, while Freirean pedagogy and social work propose an emancipatory education. Gramscian philosophy emerges as a political instrument in the construction of a new cultural hegemony starting from school, aiming at a more just society.

**Keywords**: Education. Social Work. Common sense.

**1 INTRODUÇÃO**

Este estudo tem como objetivo analisar as contribuições do pensamento de Antonio Gramsci para a compreensão e a resistência frente aos desafios da educação brasileira na contemporaneidade, destacando como o Serviço Social, a partir de sua inserção nas escolas, pode contribuir para a promoção de uma consciência crítica e para uma prática educativa emancipadora. Partindo da premissa gramsciana de que a filosofia não se restringe a um campo acadêmico elitizado, mas está presente na linguagem, no senso comum e nas religiões populares, investiga-se como essas reflexões podem iluminar a construção orgânica de uma nova cultura a partir da escola.

O delineamento desta proposta de estudo alinha-se à concepção da educação como direito constitucional estabelecido na Carta Magna de 1988 e como elemento fundamental da dinâmica social. Contudo, sua formulação também emerge das minhas experiências acadêmicas e profissionais mais significativas, que não apenas contribuíram para a construção e desconstrução da minha visão de mundo, mas também permitiram compreender meu lugar na sociedade, romper com paradigmas estabelecidos e alcançar conquistas pessoais por meio da educação.

As reflexões orientadas através da profundidade do marxismo gramsciano se refere a uma reinterpretação e desenvolvimento do pensamento marxista feita por Antonio Gramsci, um dos principais teóricos marxistas do século XX. Sua obra mais proeminente, "Cadernos do Cárcere", introduziu conceitos fundamentais para compreender as lutas políticas e culturais nas sociedades capitalistas modernas (Gramsci, 2024a).

A fundamentação teórica gramsciana permite compreender como a manutenção da dominação social não se restringe ao aparato coercitivo estatal, mas se efetiva principalmente através da construção do consenso cultural. Nesse sentido, instituições como a escola, enquanto aparelhos privados de hegemonia, atuam na reprodução de concepções que naturalizam as hierarquias sociais, reforçam a condição subalterna de grupos específicos e restringem o pleno exercício de direitos.

O estudo adota como procedimento metodológico uma revisão bibliográfica sistemática, visando aprofundar as categorias teóricas centrais que fundamentam a pesquisa. Conforme Boccato (2006), esse método de investigação proporciona os subsídios necessários para a construção do conhecimento científico, permitindo mapear e analisar criticamente as diferentes abordagens teóricas existentes na literatura especializada sobre o tema em questão. Para tanto, serão articulados os escritos de Gramsci com autores que discutem a educação brasileira, como István Mészáros (2008), Rudá Ricci (2019) e Daniel Cara (2019). Além disso, o estudo dialoga com reflexões sobre a influência religiosa nas políticas públicas, como as de Rogério Diniz Junqueira (2019), e com reflexões sobre o Serviço Social na educação, a partir de Marina Maciel Abreu (2011) e Marilda Iamamoto (2014).

O texto está organizado em dois eixos principais. O primeiro discute a relação entre filosofia, senso comum e religião em Gramsci, refletindo sobre como essas categorias influenciam a formação da hegemonia cultural e, consequentemente, os desafios da educação brasileira. O segundo eixo aborda o papel do Serviço Social nesse contexto, destacando como os profissionais podem atuar como mediadores críticos, fomentando uma educação que vá além da simples transmissão de conhecimentos e promova, de fato, a emancipação dos sujeitos. Juntos, esses eixos buscam não apenas analisar os entraves estruturais, mas também apontar caminhos para uma prática educativa mais libertadora.

Como considerações finais, o artigo demonstra que a filosofia da práxis gramsciana oferece um caminho para a construção de uma educação emancipadora, capaz de superar o senso comum e fomentar uma nova hegemonia cultural. Propõe-se refletir que, em um contexto de avanço do conservadorismo, a atuação crítica de educadores e assistentes sociais – considerando uma atuação multiprofissional –, é fundamental para resistir a projetos autoritários e fortalecer uma formação baseada na autonomia, na ética e na transformação social.

**2 DO SENSO COMUM À CONSCIÊNCIA CRÍTICA: CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO GRAMSCIANO PARA A RESISTÊNCIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Gramsci (2024a), em suas reflexões sobre a construção cultural da sociedade, argumenta que todos os indivíduos são, de certa forma, filósofos - carregando em suas ações e compreensões as marcas históricas de seu contexto, reproduzindo assim suas próprias 'filosofias'. O autor destaca que a filosofia se manifesta na linguagem cotidiana, no senso comum e nas expressões religiosas populares. Dessa maneira, ela se apresenta nas diversas formas de expressão do povo, não sendo, portanto, um conhecimento restrito a intelectuais privilegiados.

É preferível “pensar” sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, “participar” de uma concepção de mundo “imposta” mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos muitos grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente (...), ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira consciente e crítica e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser guia de si mesmo e não mais aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade? (Gramsci, 2024a, p. 93 e 94).

Gramsci (2024a) apresenta o homem-massa como aquele que, carente de consciência crítica, internaliza passivamente normas e valores, concebe o mundo de maneira imediata e acrítica, reproduz a realidade sem problematizá-la. É guiado por uma filosofia de vida que naturaliza seu papel na sociedade sem refletir sobre suas determinações. Ao provocar sobre o modo de pensar, o autor chama atenção para a necessidade de desconstruir essa visão de mundo acrítica, particularmente essa herança filosófica popular esvaziada de reflexão, como etapa para alcançar uma compreensão mais aproximada da sua realidade. Esse processo permitirá ao indivíduo tornar-se consciente tanto de suas vivências quanto de seu lugar na dinâmica social.

Um indivíduo limitado a apenas um sistema de linguagem como referência de vida, por exemplo, não será capaz de compreender a complexidade, pluralidade e diversidade de cosmovisões. Para conceber o mundo criticamente é necessário estar consciente da sua historicidade e da existência concomitante de outras concepções de mundo, bem como a análise de suas contradições. Questionar a filosofia popular do tempo em que se vive é ressignificar a própria concepção do que é moderno e atual no mundo, construindo sua própria história e seu papel como sujeito desse processo (Gramsci, 2024a).

Linguagem significa também cultura e filosofia (ainda que no nível do senso comum) e, portanto, o fato “linguagem” é, na realidade, uma multiplicidade de fatos mais ou menos organicamente coerentes e coordenados: no limite, pode-se dizer que todo ser falante tem uma linguagem pessoal e própria, isto é, um modo pessoal de pensar e de sentir. A cultura, em seus vários níveis, unifica uma maior ou menor quantidade de indivíduos em estratos numerosos, mais ou menos em contato expressivo, que se estendem entre si em diversos graus, etc. São estas diferenças e distinções histórico-sociais que se refletem na linguagem comum, produzindo os "obstáculos" e as "causas de erro" de que os pragmatistas trataram. (Gramsci, 2024a, p. 401).

A expressão cultural não apenas agrupa os indivíduos em classes e grupos sociais, mas estabelece as relações entre eles através de uma hierarquia de poder que, longe de ser acidental, demarca a ausência de igualdade e equilíbrio reproduzindo uma naturalização das desigualdades e mascarando contradições. Para Gramsci (2024a), não se trata simplesmente de erros técnicos, como supõe o reducionismo dos pragmatistas, mas revela os sintomas de uma hegemonia cultural materializada na dominação de certos grupos sobre outros.

Nesse sentido Gramsci (2024a) realiza importante reflexão sobre a religião, o senso comum e a filosofia.

A filosofia é uma ordem intelectual, o que nem a religião nem um senso comum podem ser. Ver como, na realidade, tão pouco coincidem religião e senso comum, mas a religião é um elemento do senso comum desagregado. Ademais, o “senso comum” é um nome coletivo como “religião”: não existe um único senso comum, pois também ele é um produto e um devir histórico. A filosofia é a crítica e a superação da religião e do senso comum e, nesse sentido, coincide com “bom senso” que se contraponha ao senso comum (Gramsci, 2024a, p. 96).

Compreende-se que o autor percebe a religião como uma forma de orientar a consciência coletiva para uma determinada visão de mundo, que no passado e, ainda, atualmente, pode conduzir de forma coercitiva, principalmente, a classe subalterna. Se constituiu e se constitui uma força capaz de garantir um conformismo passivo em torno da realidade. E, daí, provoca: “mas por que chamar esta unidade de fé de “religião”, e não de “ideologia” ou, mesmo, de “política”? (Gramsci, 2024a, p. 96).

Na atualidade, por exemplo, a igreja católica incide fortemente sobre o tema “ideologia de gênero” e promove ataques contra o feminismo lançando manifestações sobre o tema direcionados aos fiéis e a seus eclesiásticos, conforme menciona Rogério Diniz Junqueira (2019):

A maioria dos estudiosos do tema concorda que o sintagma (a expressão) “ideologia de gênero” é uma invenção católica que emergiu sobre os desígnios do Pontifício Conselho para a Família e da Congregação para a Doutrina da Fé, entre meados da década de 1990 e o início dos 2000, no bojo da formulação de uma retórica antifeminista sintonizada com o pensamento e o catecismo de Karol Wonjtyla, o papa João Paulo II (Junqueira, 2019, p. 136).

Junqueira (2019) aponta vários documentos lançados pela igreja católica para problematizar temas como a ‘ideologia de gênero’ e homossexualidade na perspectiva cristã. A título de exemplo, têm-se Cartas às famílias (1994) de João Paulo II, O Sal da Terra (1996) e Carta aos bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no Mundo (2004) de Bento XVI. Para Bento XVI “a homossexualidade não deveria ser geradora de direitos” (p.137).

Já o senso comum, pode ser compreendido como um sistema de crenças e valores que são aceitos de forma acrítica e sem a devida reflexão a partir das experiências do cotidiano e da força histórica que a perpetuam. Embora esse entendimento sobre o senso comum possa demonstrar uma fragilidade óbvia, para Gramsci (2024a) pode significar o ponto de partida necessário à tomada de consciência a partir do questionamento crítico, coerente e sistemático dessa “filosofia espontânea”. Portanto, o senso comum e a religião se constituem a base para a movimentação de uma filosofia crítica, capaz de questionar valores morais e difundir uma nova cultura.

Contudo, há o risco de esvaziamento político da filosofia crítica quando confinada a determinados grupos. Seu conteúdo libertador só mantém significado e relevância quando ultrapassa a bolha acadêmica ou grupo de intelectuais - caso contrário, reduzir-se-á a um mero senso comum elitizado, acessível apenas aos que detêm tais 'verdades críticas'. Sua verdadeira pertinência manifesta-se justamente no diálogo não apenas com intelectuais, mas fundamentalmente com as camadas populares. Do contrário, o homem-massa (objeto do senso comum e dos sistemas religiosos hegemônicos) permanecerá sob os mecanismos de controle ideológico. Como Gramsci (2024a) sagazmente percebeu que a construção de uma nova cultura e a transformação do senso comum dependem da difusão de uma filosofia sistematizada e coerente para todos os estratos sociais.

Uma filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente). E, portanto, antes de tudo, como crítica do “senso comum” (e isto após basear-se sobre o senso comum para demonstrar que “todos” são filósofos e que não se trata de introduzir ex novo uma ciência na vida individual de “todos”, mas de inovar e tornar “crítica” uma atividade já existente) (Gramsci, 2024a, p. 101).

Nesse sentido, como exemplo e crítica, Gramsci (2024a, p. 102) aponta para a divisão que existe no catolicismo entre os fiéis que, de um lado está a elite intelectual da igreja e, de outro, as camadas populares. Esse tipo de separação “têm um pequeníssimo significado religioso e um grande significado disciplinar sobre a massa dos fiéis”. A existência de um grupo de intelectuais dentro da igreja, além de disciplinar os fiéis, também atua na sociedade de acordo com seus interesses e senso comum, transformando-se, no contexto da modernidade, num partido político e configurando a democracia cristã.

Na sociedade brasileira contemporânea é possível observar no cenário político a forte presença dessas figuras religiosas, a exemplo da bancada evangélica. A elite desse grupo ocupa no espaço público posições importantes, atuando no intuito de disseminar seu modo de vida e torná-lo a medida do comportamento de todas as pessoas. Se distribuem de certa maneira a influenciar debates contra a igualdade de gênero, aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo, educação sexual nas escolas etc., de modo a afetar direitos, garantias constitucionais e a construção do senso comum na sociedade.

A filosofia da práxis se coloca em antítese à visão de mundo católica. Seu objetivo não consiste em cooptar as classes subalternas - o que Gramsci denomina 'homem-massa' - para simplesmente reproduzir seu discurso filosófico. Pelo contrário, seu propósito emancipatório reside em elevar sua consciência crítica, conduzindo-as a uma compreensão mais profunda e sistemática da realidade social (Gramsci, 2024a).

Se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simples não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade do nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais (Gramsci, 2024a, p.103).

No cenário brasileiro contemporâneo, o contexto educacional tem sido palco da propagação do movimento Escola sem Partido e do avanço da ideia de militarização das escolas públicas como parte de um projeto político-pedagógico conservador, que em seu fundamento, representa um controle da autonomia docente, quando criminaliza o pensamento crítico em sala de aula e um esvaziamento da educação que valoriza o desenvolvimento integral do aluno, privilegiando uma formação tecnicista. Esse contexto revela-se particularmente cruel ao transformar o chão da escola em espaço de doutrinação conservadora, sob o falso pretexto da "neutralidade ideológica".

Dentro de uma concepção pedagógica, militarizar as escolas, para Rudá Ricci (2019, p. 113) significa obter um tipo de “submissão consentida” defendida no início do século XX por Émile Durkheim. São regras impostas para que o educando saia de um estado de selvageria “para o de moralização, aceitação de regras de convívio e conduta social. As regras são prescritas, segundo Durkheim, pela religião e pela educação laica”.

Esse processo de questionar a filosofia popular abre margem para a construção de uma nova cultura, que não necessariamente tem a ver com realizar uma nova descoberta genial, mas com perpetuar de maneira crítica verdades já conhecidas, fazê-las parte das ações do presente e do cotidiano (Gramsci, 2024a).

O desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-prático, um grande processo filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos (Gramsci, 2024a, p.104).

Através do senso comum as elites intelectuais da classe dominante buscam difundir suas ideias e interesses como verdades, transformando-as em um sentimento ou sensação que passa a fazer parte da mentalidade dos indivíduos, como é possível observar através da igreja ou da escola. A escola carrega como característica a capacidade de perpetuar histórias, comportamentos, culturas e conhecimentos. E a igreja afeta profundamente o indivíduo, afeta sua psique. Ambos têm a possibilidade de alcançar de forma coletiva e individual a sociedade. “A escola – em todos os seus níveis – e a Igreja são as duas maiores organizações culturais em todos os países, graças ao número de pessoas que utilizam” (Gramsci, 2024a, p. 112).

Em sua proposta sobre a Filosofia da Práxis, Gramsci (2024a) enfatiza a dialética essencial entre teoria e prática, ressaltando tanto a dimensão cultural e ideológica quanto o papel ativo dos sujeitos históricos na transformação social. Essa nova 'concepção de mundo', à luz da problematização de Gramsci, encontra na instituição escolar, conforme sugere a presente pesquisa, um espaço privilegiado de materialização cultural desse processo revolucionário. Essa filosofia se coloca como um recurso analítico e, também, como um plano político, com o objetivo de libertar o homem-massa e de propor e estabelecer uma nova hegemonia a partir da perspectiva da classe trabalhadora.

Considerando que as políticas educacionais na contemporaneidade são tensionadas por imposições de sistemas de crenças e valores a-históricos e acríticos, próprios do senso comum, as preciosas reflexões de Paulo Freire (2023, p. 12), em Pedagogia da Autonomia, ao propor uma pedagogia "fundada na ética, no respeito à dignidade e à autonomia do educando" dialogam com os pensamentos de Gramsci (2024b). Freire (2023) reforça que o ato de educar deve levar docentes e discentes a reconhecerem seu papel como sujeitos históricos e ativos no movimento da sociedade. Além disso, demonstra que a atuação dos profissionais da educação, pautada na valorização da autonomia do ser, deve estar vinculada a uma conduta ética e a uma crítica permanente ao sistema neoliberal.

A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis. A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a “área” escolar e quanto mais numerosos forem os “graus” “verticais” da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado (Gramsci, 2024b, p. 19).

Na perspectiva gramsciana, o chão da escola configura-se como arena de disputa pela direção cultural da sociedade que assume dupla função contraditória: por um lado, reproduz os valores dominantes através da incidência política conservadora de seus intelectuais tradicionais e currículos oficializados que não oferecem a proteção integral do alunado e, por outro, oferece as condições materiais para o surgimento de intelectuais orgânicos capazes de sistematizar a experiência popular e formular contra-hegemonias.

Nesse sentido, através do espaço escolar é possível incidir para a desconstrução do senso comum a partir de uma perspectiva crítica, dialética e criadora, para a formação de novas camadas de intelectuais vinculados a classe trabalhadora, bem como, para o estímulo de instrumentos culturais que intencionem a superação da fragmentação do saber. “A divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, enquanto a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais” (Gramsci, 2024b, p. 33).

Gramsci (2024b) demonstra que a construção da hegemonia cultural constitui o mecanismo mais eficaz para assegurar a perpetuação de um grupo dominante. Esta se configura como um sofisticado aparato de hierarquização social que produz os consensos necessários à manutenção da dominação. O autor observa que mesmo as atividades manuais e técnicas destinadas às classes trabalhadoras exigem certa dimensão intelectual - razão pela qual são concedidos fragmentos de conhecimento especializado, estritamente necessários à reprodução do capital. Nesta lógica, a hegemonia opera, inclusive, para formar intelectuais com influência em garantir a organicidade do capitalismo.

Para István Mészáros (2008), a maneira como o capital se organiza não poderá funcionar a serviço da expropriação da mão de obra sem que esteja alinhada às deliberações educacionais da sociedade.

Aqui a questão crucial, sob o domínio do capital, é assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema. Em outras palavras, no sentido verdadeiramente amplo da educação, trata-se de “internalização” pelos indivíduos da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas “adequadas” e as formas de conduta “certas”, mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno (Mészáros, 2008, p. 44).

O sistema educacional é uma parte importante nesse processo de produção de consensos e, conforme observa Mészáros (2008), enquanto estiver sendo bem executado, é capaz de postergar as intervenções violentas de conformação da massa. Ressalta-se que as políticas educacionais não são a principal estratégia para garantir a manutenção do sistema capitalista, mas são capazes de produzir orgânica e institucionalmente os modelos de pensamento e comportamento necessários à preservação da ordem burguesa.

A tendência atual é a de abolir qualquer tipo de escola “desinteressada” (não imediatamente interessada) e “formativa”, ou de conservar apenas um seu reduzido exemplar, destinada a uma pequena elite de senhores e mulheres que não devem pensar em preparar-se para um futuro profissional, bem como a de difundir cada vez mais as escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminadas. A crise terá uma solução que, racionalmente, deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanística, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual (Gramsci, 2024b, p. 34).

Portanto, a ideia de “escola única" presente em Gramsci (2024b), apresenta um projeto educacional e de sociedade transformador que visa superar a dualidade entre formação intelectual e trabalho manual, característica da sociedade capitalista. Em sua visão, a escola tradicional reproduz a divisão de classes: enquanto as elites recebem uma educação elevada à categoria intelectual, as classes trabalhadoras são destinadas à formação técnica, fragmentada, que limita sua consciência política e as coloca em posições subalternas na hierarquia social. A escola única, ao contrário, unificaria esses dois polos, garantindo a todos uma base comum de conhecimentos teóricos e práticos, eliminando a hierarquia entre "trabalho intelectual" e "trabalho braçal”.

A forma como a escola tradicional se organiza, à luz de Gramsci (2024b), e considerando, ainda, o contexto capitalista, não se dá de forma aleatória. Essa forma de organização é pensada para produzir consensos a favor da acumulação capitalista. É importante destacar que “a extensão da racionalização do processo produtivo ao modus vivendi escolar” produz um sistema socialmente formal e consensual calculado para moldar não apenas a organização do trabalho, mas também, para racionalizar, a partir de uma ótica neoliberal, as relações sociais outras que constituem dimensões da vida em sociedade, a exemplo da educação. E esse processo de racionalização, propositadamente, alcança a formação da consciência e da subjetividade dos indivíduos implicando na manutenção de uma cultura (Schlesener; Masson, 2016, p. 43).

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A reflexão proposta por Gramsci (2024a) na obra aqui analisada é profundamente atual e relevante, especialmente em um contexto como o brasileiro, onde a educação e a cultura são campos de disputa ideológica. O autor nos convida a questionar a filosofia embutida no senso comum e na religião, que muitas vezes serve como instrumento de dominação e conformismo passivo. Gramsci alerta para a necessidade de uma consciência crítica que permita aos indivíduos transcenderem a visão de mundo imposta e elaborar sua própria concepção de vida, participando ativamente na produção da história.

Nesse sentido, a presença de assistentes sociais no chão da escola – agora regulamentada pela Lei Federal n° 13.935 de 2019 (Brasil, 2019) –, poderá contribuir junto aos demais profissionais e alunado, para a construção de um senso comum histórico e crítico, visto que esta categoria profissional vincula o seu projeto ético e político aos interesses da classe trabalhadora. A categoria profissional, em todo seu acúmulo histórico, ético, político e acadêmico se coloca em posição contrária àquela assumida pela igreja católica que separa seus fiéis, tendo de um lado, sua elite de intelectuais, e de outro, o grupo dos “simples”, conforme explicitou Gramsci (2024a).

Marina Maciel Abreu (2011) realiza importante contribuição quando destaca três perfis pedagógicos da prática profissional e os relaciona com a organização de uma cultura. Esses perfis foram construídos e reconstruídos a partir do movimento da sociedade, da relação capital-trabalho e do processo de amadurecimento profissional da categoria.

Destaca-se que, a partir dos anos 70, o Movimento de Reconceituação volta a ganhar fôlego com o amplo movimento da Teologia da Libertação, que emerge no interior da igreja católica. A Teologia da Libertação denuncia a exploração na relação capital-trabalho, ao passo que procura estreitar as relações entre cristianismo e marxismo, articulado ainda com as formulações de Paulo Freire, e convida os cristãos a lutarem pelo socialismo. Na inquietação desse movimento é que grupos de assistentes sociais conseguem somar esforços para atrelar ao Movimento de Reconceituação a construção de uma pedagogia emancipatória e vincular-se às classes subalternas (Abreu, 2011).

Os elementos constitutivos dessa pedagogia podem ser apreendidos a partir das experiências das comunidades eclesiais de base (CEBs), entendendo-as como expressões concretas de consistentes processos pedagógicos com grande repercussão político-social no país no período assinalado, que contribuem para a criação de novos padrões de sociabilidade com base em experiências cotidianas das referidas classes subalternas (Abreu, 2011, p.132).

Essas experiências foram essenciais para a percepção do lugar em que os grupos subalternizados ocupam na sociedade, bem como para a politização das relações sociais quando se percebem integrantes de uma classe social. Essa transição sobre a percepção, de base gramsciana, em que um grupo passa de “classe em si” à “classe para si”, produz no seio da sociedade capitalista uma relação de antagonismo, da mesma maneira que apresenta uma nova lógica de sociedade a partir da perspectiva da classe trabalhadora (Abreu, 2011). E é a essa nova proposta de projeto de sociedade que deve se pautar a atuação de assistentes sociais nas políticas educacionais.

A consolidação do projeto ético político profissional que vem sendo construído requer remar na contracorrente, andar no contravento, alinhando forças que impulsionem mudanças na rota dos ventos e das marés na vida em sociedade. Teimamos em reconhecer a liberdade como valor ético central, o que implica desenvolver o trabalho profissional para reconhecer a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, reforçando princípios e práticas democráticas. Aquele reconhecimento desdobra-se na defesa intransigente dos direitos humanos, o que tem como contrapartida a recusa do arbítrio e de todos os tipos de autoritarismo (Iamamoto, 2014, p. 141).

No cotidiano do exercício profissional, em qualquer área de atuação, mas especialmente no contexto escolar, os e as assistentes sociais se deparam com o homem-massa de que fala Gramsci (2024) cuja consciência ora flutua alinhado a sua realidade, ora está impregnada da filosofia disciplinadora das massas. E, por se tratar de um espaço profissional que representa uma das maiores organizações culturais de uma sociedade, concordando com Gramsci (2024a), é necessário e possível o esforço da categoria no dia a dia para combater o avanço do conservadorismo na educação, bem como promover debates pautados na ética e compromisso social conforme propõe Freire (2023).

A premissa é que o atual quadro sócio-histórico não se reduz a *um pano de fundo* para que se possa, depois, discutir o trabalho profissional. Ele atravessa e conforma o cotidiano do exercício profissional do assistente social, afetando as suas condições e as relações de trabalho, assim como as condições de vida da população usuária dos serviços sociais (Iamamoto, 2014, p. 19).

No Brasil, essa discussão ganha contornos urgentes diante de políticas educacionais como a militarização das escolas (Ricci, 2019) e o movimento Escola sem Partido (Cara, 2019), que buscam limitar a autonomia dos educadores e estudantes, reforçando uma visão de mundo acrítica e alinhada aos interesses das elites dominantes. A crítica de Gramsci ao homem-massa, que se conforma passivamente, ecoa intensamente neste contexto, onde a educação é usada como ferramenta para preservar a supremacia de grupos conservadores e religiosos.

Nesse sentido, a filosofia da práxis proposta por Gramsci (2024a) não se limita a uma reflexão teórica, mas exige uma ação transformadora. Ela nos desafia a construir uma nova cultura, baseada na crítica ao senso comum e na difusão de uma consciência histórica e política. Essa tarefa não é apenas dos intelectuais, mas de todos os indivíduos, especialmente daqueles que estão na base da sociedade. A escola, como espaço de formação e transformação, tem um papel central nesse processo, mas precisa resistir às tentativas de cooptá-la para projetos autoritários e excludentes.

Marilda Iamamoto (2014), ao refletir sobre o serviço social na contemporaneidade, aponta para a dimensão política do trabalho profissional. A autora não se refere a política partidária, mas ao fato de que a atuação profissional é atravessada por relações de poder indissociáveis daquelas vistas entre as classes presentes numa sociedade neoliberal. Inclusive, travando uma disputa dentro da própria categoria profissional cujo senso comum disciplinador das massas também faz fiéis.

(...) A prática profissional não tem um poder miraculoso de revelar-se a si mesma. Ela adquire inteligibilidade e sentido na história da sociedade da qual é parte expressão. Assim, desvendar prática profissional cotidiana, suponha inseri-la no quadro das relações fundamentais da sociedade, ou seja, entendê-la no jogo tenso das relações entre as classes sociais, suas frações e das relações destas com o Estado brasileiro (Iamamoto, 2014, p. 150-151).

A obra de Antonio Gramsci (2024a) nos oferece ferramentas poderosas para compreender e enfrentar os desafios contemporâneos e para defender uma educação crítica e emancipadora, aliada à construção de uma nova hegemonia cultural. É um chamado à ação para todos que lutam por uma sociedade mais justa e igualitária. Percebe-se que a filosofia da práxis vai além de uma teoria, se configura como um projeto político que busca libertar o homem-massa de seus grilhões ideológicos e instrumentalizá-lo a ser sujeito de sua própria história.

Um grande pensador alemão do século XIX dizia o seguinte: “a crítica não arranca flores imaginárias dos grilhões para que os homens suportem os grilhões sem fantasia e consolo, mas para que se livrem deles e possam brotar as flores vivas” (Iamamoto, 2014, p. 19).

**REFERÊNCIAS**

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a Organização da Cultura: perfil pedagógico da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2011.

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação.** Rev. Odontol. Univ. Cidade de São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRASIL. Lei Nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. **Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em: 05 de mar.2025.

CARA, Daniel. Contra a barbárie, o direito a educação. In: CÁSSIO, Fernando (org). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar.** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, volume 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce.** Introdução e tradução de Carlos Nelson Coutinho. 16 ed. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2024a.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, volume 2: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo.** Tradução Carlos Nelson Coutinho. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024b.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: CÁSSIO, Fernando (org). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar.** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

RICCI, Rudá. A militarização das escolas públicas. In: CÁSSIO, Fernando (org). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar.** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

SCHLESENER, Anita Helena; MASSON, Gisele (Orgs). **Marxismo(s) e Educação.** Ponta Grossa: UEPG, 2016.